



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA Nº 08/19**  
**2019-07-02**

## **ATA Nº 08/19**

### **5ª Sessão Extraordinária**

**2 de julho de 2019**

--- No dia dois de julho de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 5ª Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1. a) Expediente e informações;

b) Apreciar e votar:

- Ata n.º 11/18 referente à 6ª sessão extraordinária realizada em 16 de novembro;

- Ata n.º 04/19 referente à 3ª sessão extraordinária realizada em 8 de abril.-----

--- 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- 3. Apreciar e votar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI 2019-2028), tendo em vista operacionalizar ao nível municipal e local as normas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente as constantes do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, com alterações vigentes, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 478-P/2019. -----

--- 4. Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Pedregal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 483-P/2019. -----

--- 5. Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Praia Grande, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 484-P/2019. -----

--- 6. Apreciar e votar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 524-P/2019. -----

--- 7. Apreciar e votar a Revisão Orçamental nº 1/2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 539-P/2019. -----

--- 8. Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Gestão e Utilização das Instalações Desportivas Municipais de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Proposta nº 411-P/2019. -----

--- 9. Apreciar e votar o projeto de Regulamento da Plataforma do Jogo Sintra/AmbiQuiz, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente. Proposta nº 419-P/2019. -----

--- 10. Apreciar e votar o projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. Proposta nº 420-P/2019. -----

--- 11. Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão de uso do domínio público municipal para a instalação e exploração publicitária de mupis convencionais, digitais e interativos, abrigos, sanitários públicos, papeleiras, sinalização direcional de âmbito informativa, dispositivos para

.../...

parqueamento de motociclos e bicicletas e guardas de proteção a peões, com o adjudicatário do procedimento, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 475-P/2019. -----

--- 12. Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão e exploração do Crematório do Complexo Funerário do Alto do Chão Frio com o adjudicatário do procedimento a lançar nas condições descritas da presente proposta, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 476-P/2019.

--- 13. Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da feira “Aqualva - Feira à Antiga”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 418-P/2019. -----

--- 14. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra, no âmbito da realização e organização da “1.ª Corrida Saloia Sintra – Janas”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 435-RP/2019. -----

--- 15. Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização das obras de requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio do Seixal, Assafora, Arneiro dos Marinheiros, Godigana, Fontanelas e Chilreira, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 477-P/2019. -----

--- 16. Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da Festa de Encerramento do Ano Letivo da Universidade Sénior Intergeracional de Aqualva e Mira Sintra, nos termos da proposta. Proposta nº 489-RP/2019. -----

--- 17. Apreciar e votar a transferência de verba para a União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, correspondente ao arrendamento das instalações do Projeto Viv@cidade E7G, para os 12 meses de 2019, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 499-EQN/2019. -----

--- 18. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra no âmbito da organização do “2.º Grande Prémio de Aqualva e Mira Sintra”, nos termos da proposta. Proposta nº 517-RP/2019. -----

--- 19. Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da organização das “Festas da Vila 2019”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 550-P/2019. --

--- 20. Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “Festival do Leitão”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 551-P/2019. -----

--- 21. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “Algueirão-Mem Martins a Caminhar e a Correr – II edição”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 567-RP/2019. -----

--- 22. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Queluz e Belas no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “6.º Grande Prémio de Queluz-Belas – Prémio Manuel Faria”, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 568-RP/2019. -----

--- 23. Apreciar e votar a afetação ao domínio público do prédio urbano composto por terreno com a área de 324 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 3134 – Casal de Cambra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1021 – Casal de Cambra, sito na Rua Dona Inês de Castro (antigo Lote 1752), em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 450-PM/2019. -----

--- 24. Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um terreno municipal com a área total de 1.570,00 m2, sito na Freguesia de Mira Sintra, deste concelho, inscrito na matriz

predial urbana sob o artigo 893 da União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 331 – Mira Sintra, a favor do Centro Social e Paroquial de Mira Sintra, IPSS, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 495-PM/2019. -----

--- 25. Apreciar e votar a cedência do direito de superfície à Freguesia de Algueirão-Mem Martins do imóvel municipal sito na Estrada de Mem Martins nº 222, em Mem Martins, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 3839 da Freguesia de Algueirão Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2975 da mesma freguesia, também conhecido pela “Quinta de Fanares”, pelo prazo de 30 anos e restantes condições constantes na minuta do contrato em anexo à presente proposta, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 508-P/2019. -----

--- 26. Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal e a sua posterior alienação da parcela de 23,65 m2, sito em Mira Sintra, a integrar no artigo nº 453 da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra (antigo artigo 5460 da freguesia de Aqualva-Cacém, ou antigo artigo 195 da freguesia de Mira Sintra) descrito na Conservatória do registo Predial do Cacém sob o número 4103 da freguesia de Aqualva-Cacém, em nome de D. Hermínia Vitória Fernandes Fandango, com as seguintes confrontações: do norte com Hermínia Vitória Fernandes Fandango, do sul, nascente e poente com Rua Ferreira de Castro, através do ressarcimento ao Município, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 520-PM/2019. -----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Joana Sofia Mendes Pereira Santos Lopes; Hugo Lopes dos Santos; Alcino Afonso Alves; Paulo Jorge Gaspar Godinho; Maria Leonor Lopes Vieira; Arménio Monteiro da Silva. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; Adolfo Miguel Delgado dos Reis; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Daniela Oliveira de Castro e Melo; Paulo Jorge da Cunha Rodrigues. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; António Manuel Branco Nunes; Ana Mafalda Serra Gomes Plácido. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gião Rodrigues; Jacinto Higino Domingos; Inês Cardoso das Neves Fernandes; e Mário Filipe Ilhéu Condessa; -

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Rui Frias Moreira. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN** – Bernardo Ramos Gonçalves; --

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe. -----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Carlos Miguel Ramos Henriques – Casal de Cambra; Pedro Manuel Silva Filipe – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo José Barroso Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre

de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Domingos Linhares Quintas; Eduardo Quinta Nova; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; e Andreia Filipa Bernardo. -----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **44** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

#### --- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Justificações de falta, à Sessão de 19 de junho 2019: Inês Cardoso Fernandes e João Paulo Afonso Aguiar.-----

--- Pedidos de substituição para a presente sessão: -----

--- Do Deputado Municipal Hugo dos Reis Frederico do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Hugo Lopes dos Santos; -----

--- Do Deputado Municipal Ricardo Varandas dos Santos do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Alcino Afonso Alves; -----

--- Da Deputada Municipal Maria Infância Silva, do PS, pelo Deputado Paulo Jorge Godinho dado que os Deputados Sara Godinho, Filipe Dias Barroso, Maria de Lurdes Pedroso, Pedro Miguel Pereira, Ana Carioca e Mariana Burguete que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição; -----

--- Do Deputado Municipal Ricardo Manuel Parente de Campos, do PS, pela Deputada Maria Leonor Lopes Vieira dado que a Deputada Rita de Jesus Lebre Águeda, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição; -----

--- Do Deputado Municipal António Luís Lopes, do PS, pelo Deputado Arménio Monteiro da Silva; -----

--- Da Deputada Municipal Ana Isabel Pais Valente, do PPD/PSD, pelo Deputado, Domingos Rodrigues dado que os Deputados Ana Paula Catarino, Francisco Hermínio dos Santos e Francisco Pinho Duarte, que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição; -----

--- Do Deputado Municipal António Manuel Rodrigues Gouveia, do PPD/PSD, pela Deputada Daniela Oliveira de Castro e Melo, dado que o Deputado Nuno Anselmo que a antecede na lista pediu igualmente a sua substituição; -----

--- Da Deputada Municipal Lúcia Maria Gonçalves Lino Veigas, do PPD/PSD, pelo Deputado Paulo Jorge da Cunha Rodrigues; -----

--- Da Deputada Municipal Inês Baeta Vivaldo, do CDS/PP, pela Deputada Ana Mafalda Gomes Plácido, dado que os Deputados Miguel Ângelo Fonseca e Susana Carvalho, que a antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição. -----

--- Do Deputado Municipal Rogério Duarte Cassona, da CDU, pelo Deputado Mário Filipe Ilhéu Condessa; -

--- Da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, pelo Deputado Rui Frias Moreira, dado que os Deputados Amílcar Morais, Marisa Laneiro e Teodósio Alcobia que o antecedem na lista, pediram

igualmente a sua substituição; -----

--- Do Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, Mário Pedro Lopes dos Santos, pelo senhor Carlos Miguel Ramos Henriques.-----

### --- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

--- A **municípe Maria de Fátima Miranda Gomes da Silva**, referiu: No seguimento da carta enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal venho aqui, hoje, apresentar o projeto de construção do Centro Funerário de Sintra, de utilização pública, que se encontra em fase de análise nos Serviços deste Município. A apresentação deste projeto não poderia vir mais a calhar, uma vez que hoje se propõe à aprovação desta Assembleia a concessão do crematório do complexo funerário do Alto do Chão Frio e que, na nossa opinião, dada a proximidade, ambos se vão complementar. O meu nome é Maria de Fátima Miranda Gomes da Silva, sou sócia-gerente da Funerária de São João das Lampas, e a minha missão tem como objetivo fundamental apresentar o projeto privado e de utilização pública do Centro Funerário de Sintra. Para isso, gostaria de começar pelo princípio: em 1982, há mais de 35 anos, a Funerária de São João das Lampas iniciou a sua atividade no Concelho de Sintra, mais propriamente na Aldeia Galega. Foi a partir dessa pequena aldeia que se foi construindo uma empresa de referência, quer para o Concelho, quer para o País. É inegável, e está na génese da empresa, a procura incessante por novas soluções adequadas à procura e à exigência dos nossos clientes, à melhoria dos métodos de trabalho e das condições para os trabalhadores, apenas e só, com o intuito de prestar um serviço de excelência aos nossos clientes. Uma empresa orgulhosamente de uma aldeia do Concelho de Sintra. De alguns anos a esta parte tem sido notória a necessidade de melhorar as nossas instalações, quer para os nossos clientes, quer para os nossos colaboradores. Tendo em conta as necessidades identificadas, procuramos aumentar e melhorar a área de escritórios e armazém, melhorar as acessibilidades em local bem servido por rede de transportes, criar uma zona para o público com capelas de velação e/ou de despedida, instalação de um forno crematório, tendo como premissa principal que este local estivesse fora de uma área de zona habitacional. -----

--- Independentemente da ligação de cada um à religiosidade, sejam católicos, evangélicos, ortodoxos, budistas, ateus, entre outras, todos gostam de prestar uma última homenagem e despedir-se de quem parte. Com a evolução da sociedade deparamo-nos com uma oferta desadequada à procura dos nossos clientes no que diz respeito a capelas de despedida, ou seja, no nosso Concelho o mais comum é encontrarmos salas de despedida em casas mortuárias adaptadas a uma salinha anexa à capela principal de uma igreja ou de um cemitério. Hoje em dia, como os senhores também devem reconhecer, todos estamos mais exigentes. Através da nossa preocupação de servir bem o cliente, temos vindo a constatar que o que se pretende na hora da despedida é uma sala acolhedora, com bancos confortáveis, com casas de banho, termicamente equilibradas, se possível aquecidas, adequadas a pessoas de mobilidade reduzida, e que caso tenham diferentes orientações religiosas não tenham que ser sujeitos aos símbolos de uma outra orientação, ter um espaço onde se possa tomar uma refeição, ou simplesmente aquecer um biberão de um bebé, ter lugar para estacionar o carro facilmente, ser facilmente acessível. Após alguns anos de consolidação de ideias, em 2018, adquirimos na estrada da Granja do Marquês um terreno de 5600 m2 com o objetivo de construir um Centro Funerário de excelência que adjetivasse, pelas melhores razões e mais uma vez, Sintra como um Concelho vanguardista. Aquando da procura do local para a construção do Centro Funerário foram analisadas várias hipóteses, e uma delas admitia a possibilidade de instalar o Centro Funerário num Concelho vizinho. No entanto, como já dito atrás, somos uma empresa orgulhosamente do

.../...

Concelho de Sintra, e assim queremos continuar a ser, de Sintra. Achamos que os munícipes de Sintra precisam de uma infraestrutura como esta, porque pretendemos gerar e fixar mais postos de trabalho neste Concelho, porque o nosso trabalho sempre foi reconhecido, e é assim que queremos agradecer este reconhecimento. Dado esse reconhecimento, é nossa intenção propor uma parceria ao Município para a utilização das nossas instalações dado que, parte destas, serão públicas. Como os senhores devem calcular, o Centro Funerário será um grande investimento para uma pequena empresa como a nossa, mas pretendemos continuar a crescer e a dar aos nossos clientes as melhores condições, mesmo nos piores momentos. É nesse sentido que aqui estou, hoje, a anunciar que está em curso o desenvolvimento dum Centro Funerário de excelência que irá colocar Sintra, mais uma vez, como uma referência nacional. Dada a dimensão do Concelho de Sintra e a escassez de capelas de despedida, a proximidade entre o Centro Funerário de Sintra, agora apresentado, e o Complexo Funerário do Alto do Chão Frio, será uma mais-valia para o Concelho.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós não vimos o projeto, ainda, e só agora o ouvimos anunciar. Há aqui duas pequenas notas que é preciso ver: 1ª) nós estamos a lançar um concurso público de um projeto, e não podemos lançar um concurso público de um projeto e ser sócio de outro. Acho que quem ganhasse o concurso não havia de gostar que a Câmara, depois de lançar o concurso, fosse sócio do concorrente; 2ª) temos de ver, nos 5600 metros quadrados de terreno onde querem instalar este projeto, ao nível do PDM, se é possível ou não. São estas as duas pequenas reflexões que temos de fazer. Fora disto, vamos ver o projeto com cuidado e atenção. -----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**. -----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: Apreciar e votar: -----

--- Ata n.º 11/18 referente à 6ª sessão extraordinária realizada em 16 de novembro. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 11/18 foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ata n.º 04/19 referente à 3ª sessão extraordinária realizada em 8 de abril. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 04/19 foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal**. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Neste ponto de Assuntos de Relevante Interesse Municipal trago um conjunto de questões sobre Mobilidade, e depois, uma última questão sobre Limpeza Urbana. Em relação à Mobilidade, a primeira questão que trago é saudar a Câmara Municipal de Sintra por ter decidido prolongar a discussão pública da revisão do Regulamento do Estacionamento e Circulação Automóvel. É um assunto muito sério, e já aqui falámos dele na última Assembleia Municipal, que está a gerar uma grande discussão pública no Concelho, e como sabemos, algum descontentamento por algumas das propostas que nele estão contidas. Este Regulamento carece de um debate alargado e de esclarecimentos mais profundos e, portanto, este alargamento é de saudar. A nossa proposta era que o projeto fosse adiado até estar aprovada uma estratégia de Mobilidade, mas com este adiamento, pelo menos, vamos conhecer a estratégia de Mobilidade e perceber como é que se enquadra o Regulamento. Portanto, é a uma boa uma boa solução. Desafiamos a Câmara Municipal de Sintra para concretizar debates abertos em todas as Freguesias, até ao final do mês de setembro, para apresentação pública do Regulamento e audição de interessados, para que a população possa ter espaços de debate. -----

--- A segunda questão tem a ver com o parque de estacionamento no Monte Abraão, sobre o qual também já aqui falámos numa das últimas Sessões da Assembleia Municipal. O parque de estacionamento, que está num edifício situado no coração do Monte Abraão, fechou ontem. As viaturas estão a ser retiradas do local e estamos com um problema maior de estacionamento no coração daquela Freguesia. Sabemos que a Câmara Municipal decidiu não emitir um alvará para a construção de um supermercado no local, mas a pergunta que eu faço é que outras *démarches* foram concretizadas pela Câmara para resolver esta questão e para tentar garantir que aquele espaço servirá de estacionamento, uma bolsa de estacionamento pública mais alargada que sirva a população? Não tendo ainda resposta a esta pergunta, não sei se tem ou não, que soluções de bolsas de estacionamento é que estão a ser trabalhadas para a o coração da Freguesia, no sentido de tentar responder às necessidades daquela população? -----

--- A última questão sobre Mobilidade tem a ver com o parque de estacionamento da Cavaleira, que já está a receber viaturas, mas que não nos apercebemos ainda que esteja corretamente sinalizado. À saída do IC 19 ainda não encontrámos sinalização para este parque, e mesmo no acesso a sinalização não é muita. Não nos apercebemos se já existem autocarros para fazer o transporte de passageiros e de utentes do parque, deste para o centro da Vila e para a Serra, e se o Centro de Acolhimento que foi anunciado já está pronto a funcionar. A pergunta é: Quais são as vossas expectativas? O Verão está a começar! O que é que a Câmara de Sintra tem a dizer sobre este equipamento que tanta falta faz e tão necessário é para servir uma área, que é a área do turismo, e para garantir alguma qualidade de vida à população de Sintra. -----

--- A questão que não tem a ver com Mobilidade, tem a ver com Resíduos Urbanos e com a recolha do lixo. Senhor Presidente da Câmara, não sei se no dia do Município esteve aqui, pela Vila de Sintra, e se apercebeu da quantidade de lixo que se acumulou nos caixotes do lixo da Vila de Sintra, e não só na Vila de Sintra como, também, em outras zonas do Concelho. Em termos de higiene, em termos de Saúde pública e em termos de imagem pública do concelho, é muito triste que não haja recolha de lixo e que se acumule lixo, como se acumulou durante este fim de semana, como se tem acumulado no Concelho, em outras alturas. A pergunta é: como é que a Câmara e os SMAS vão enfrentar esta realidade para que este cenário de desleixo não se volte a verificar? Nós sabemos que os trabalhadores dos SMAS têm feito um esforço muito grande para responder ao desafio que lhes tem sido colocado com estas mudanças da recolha de resíduos sólidos. De qualquer forma, acho que deverão existir medidas, a nível da gestão, para garantir que esta recolha seja mais eficaz.-----



--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Começamos pelo fim. Tem toda a razão, realmente é verdade que o sábado e domingo foram muito maus, em termos de recolha de lixo. Sábado foi feriado, domingo é domingo, e começámos a recolha do lixo no domingo à noite, tendo continuado hoje, e amanhã a situação já deve estar normalizada. Agora, temos de ter em atenção que é um caso excecional, e o senhor Deputado André Beja não há de querer que a gente force os trabalhadores a trabalhar ao domingo, ou a um sábado que seja feriado, mesmo pagando horas extraordinárias. Portanto, o que aconteceu em Sintra acontece em Lisboa, até com maior frequência, acontece em todo o lado. Esperamos que terça-feira a situação já esteja normalizada, e a sua intervenção perca sentido, isto porque não podemos pegar num dia anormal e explanar para todo o Concelho, durante os dias todos. Tivemos grandes problemas ao início, é verdade que nos deparamos com grandes problemas, mas não é impunemente que se faz uma internalização como aquela que nós fizemos. É verdade, não é fácil de fazer. Agora, ela foi feita, tivemos problemas, mas houve um grande esforço dos trabalhadores dos SMAS, juntamente com os da Câmara, para a conseguirmos fazer. Está a melhorar, mas ainda não está bem, e creio que nunca estará bem, inteiramente bem, num Concelho tão grande como é o nosso. Agora, o que é importante ver é a “floresta”, saber o que é que vamos fazer: os novos veículos da SUMA já vieram todos; os da Ecoambiente ainda não, o que significou a aplicação de multas e problemas que tivemos de ultrapassar; em relação aos contentores enterrados, a partir de janeiro, vão ser praticamente todos; os Ecocentros, que são dois, vão ser feitos este ano, pelo menos um deles. Por conseguinte, há aqui um conjunto de iniciativas que estão a ser tomadas, e não estamos parados, estamos a investir. Eu creio que em 2020-2021 vai existir uma maior normalização, exceto naqueles casos atípicos, como aquele que nos referiu aqui, hoje. Contudo, mesmo quando já estiver tudo normalizado, se houver um feriado e um domingo, vamos ter problemas desses, seguramente. Mas não ficámos parados. No domingo à noite começámos as recolhas, mas o problema que se colocou é que, para além dos contentores cheios, deparámo-nos com imenso lixo depositado à volta dos contentores, o que não permitiu que fosse tecnicamente possível despejar simultaneamente o contentor e limpar o lixo à volta. Preferiu-se despejar os contentores, deixando o lixo em torno dos contentores para ser apanhado posteriormente. Portanto, senhor Deputado André Beja, foi realmente isto o que aconteceu, tem toda a razão, mas vamos esperar que amanhã já não tenha, pelo menos, tanta razão como tem hoje. -----

--- Em relação ao silo de Monte Abraão, nós temos aqui um problema. Se nós quiséssemos resolver o problema, eu creio que o advogado em causa era capaz de fazer uma proposta qualquer para tentar resolver este problema, e por isso é que ele pôs as pessoas todas na rua, ou seja, para forçar uma solução que lhes dê lucro, mas nós não cedemos a isso. E isto foi claramente dito. É evidente que temos as pessoas que têm lá os carros a dizerem: comprem o silo, ou expropiem, ou ainda, deem lá a licença para um supermercado que, depois, o supermercado mete lá um parque para 60 ou 70 carros durante o mês. Estão muito enganados, muito enganados. Portanto, o que nós vamos fazer é deixar estar, até porque se trata de uma propriedade privada. Nós não vamos expropriar porque não expropriamos coisas para 160 pessoas, isso não é possível, mas também não vamos comprar porque não estamos interessados em comprar, e também não vamos autorizar porque entendemos que não devemos autorizar. Vamos ver a quem pertence aquele terreno, estudar o processo histórico e refazer a história de toda daquela malfadada urbanização. E mais, ali devia existir uma piscina em 5000 metros, temos 2500 metros, mas não sabemos onde é que está o resto. E tudo isto tem que ser apurado. Na altura própria, quando for apurado, nós daremos conta do que apurámos. Agora, o que temos de fazer é tirar os carros da rua, e já estamos a estudar um estacionamento para 200 carros, mas não se pode fazer isto de um momento para o outro. Estamos a estudar isso, não sei

qual o calendário em que nós o podemos fazer, mas será o mais rapidamente possível. Nós vamos tomar as nossas medidas, mas não cedemos a esse tipo de atitude. -----

--- Em relação ao Plano de Mobilidade, quero dizer que a responsabilidade do adiamento da data é exclusivamente minha. Se há alguma dúvida, fui eu que entendi alargar o Plano de Mobilidade. E por quê? Porque nós não queremos fazer Planos contra ninguém, nem a favor de ninguém. Nós queremos fazer Planos que sejam vistos como sendo uma matéria importante e que, objetivamente, servem a comunidade. Nós não queremos fazer planos para atacar os tuk-tuks (aliás, recebi-os ontem), como não queremos fazer Planos para atacar ninguém, nem prejudicar ninguém. Agora, obviamente, que nós não podemos fazer Planos que agradem a 100% quando nós queremos fazer mudanças. É evidente que, politicamente, é normal em Democracia (nesta democracia em que, de vez em quando, vivemos), que haja pessoas que se penduram na mais pequena insatisfação para, dela, fazer um cavalo de batalha. Bom, espero que isso não aconteça em Sintra, com políticos responsáveis e sérios, que olhem, vejam o que está mal porque não serve a comunidade, o digam, e aí, imediatamente, nós vemos e mudamos. Agora, se está mal só porque prejudica A, B ou C, isso, não fazemos. Por isso é que está em discussão pública, e por isso é que nós queremos que esta discussão pública vá até às últimas consequências, e pelo tempo que for necessário. O senhor Deputado diz para irmos às Freguesias, e isso será feito, sendo esse o momento para as pessoas dizerem o que pensam sobre o Plano de Mobilidade. Obviamente, nós vamos ter de distinguir entre aqueles que dizem o que pensam para defender a sua loja, a sua rua ou a sua casa, daqueles que dizem o que pensam para defenderem a comunidade onde se inserem. Aqueles que dizem o que pensam para defender a comunidade em que se inserem são bem-vindos, e os casos serão estudados e serão aceites, se tiverem razão, e não confrontarem com o interesse público. É assim que nós vamos trabalhar, ouvir todos com humildade, como alguém dizia, e decidir com a responsabilidade que o voto nos confere. -----

--- Quanto ao parque da Cavaleira, também aqui tem razão. O Centro de Acolhimento está feito, e queria anunciar aqui o seguinte: a *Scotturb* já tem uma autorização da Área Metropolitana de Lisboa para fazer a ligação entre o parque e a estação da CP, de 7 em 7 minutos, e creio que vai começar o trabalho muito rapidamente, o que será uma grande ajuda. O parque da Cavaleira estará em pleno funcionamento quando o Plano de Mobilidade for aprovado e o trânsito para o Palácio Nacional da Pena for, apenas e só, feito por transportes públicos e por residentes, enquanto os privados levam o seu carro para o parque da Cavaleira e, depois, têm uma navete que os transportará até ao Palácio Nacional da Pena. E aí sim, o parque da Cavaleira, que tem uma capacidade prevista para 2200 viaturas, terá toda a sua utilidade. Quando o nosso Hospital estiver em funcionamento, creio que também vai ter uma enorme utilidade (já agora a tem), mas temos de anunciar às pessoas que já há a carreira da *Scotturb* a fazer a ligação entre a Cavaleira e a estação, e da estação para a Cavaleira, porque isso pode dar um impacto grande. Creio até que será um transporte gratuito. E por que razão é um transporte gratuito? Porque só eles é que estão autorizados nesta carreira, não há alternativa, pelo que estão a fidelizar clientes. Mas esse caráter de gratuidade é uma decisão que é deles porque, para nós, desde que cumpram a Lei, que tenham autorização, e que possam legalmente trabalhar, se eles têm interesses comerciais que sustentem este serviço de forma gratuita, ótimo, ainda bem que é. Isso, não nos incomoda, o que nos incomodaria era se levassem um preço excessivo. Falou da sinalética! Até agora não podíamos encaminhar para lá as pessoas, porque não tinham como sair de lá, agora já têm a carreira da *Scotturb*, pelo que podemos começar a colocar a sinalização. Assim, se este projeto da Cavaleira não está ainda na plenitude da sua utilidade, será muito em breve que lá chegará. -----

--- O **Deputado Paulo Jorge da Cunha Rodrigues, do PSD**, referiu: O assunto que eu trago aqui hoje é a abertura da Unidade de Saúde Familiar na União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar. Queria começar por agradecer e dar os parabéns ao executivo da Câmara Municipal de Sintra, ao executivo da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, e de alguma forma, a todos aqueles que ao longo deste processo se empenharam e lutaram para que fosse possível termos hoje uma Unidade de Saúde Familiar a funcionar. Queria, no entanto, recordar que em 2013, falou-se na questão do transporte para a deslocação dos utentes a esta nova Unidade de Saúde Familiar. São 40 quilómetros quadrados da ex-Freguesia de Almargem do Bispo, cerca de 4000 utentes, sendo que há localidades que distam muito entre si. A rede de transportes não é a ideal, estamos a falar de carreiras que entram e saem, de manhã e ao final do dia. De modo que senhor Presidente queria, de facto, aqui recordar a questão do transporte que nos parece pertinente, e uma vez mais, com toda a humildade e sinceridade, agradecer o facto de termos hoje esta Unidade de Saúde Familiar a funcionar. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Obrigado, senhor Deputado Paulo Rodrigues, pela sua gentileza! Realmente é verdade, foi um grande esforço, nosso e da Junta de Freguesia, que nos juntámos para cumprir o nosso dever, e não fizemos mais do que isso, cumprir o nosso dever. Quando se faz uma USF - Unidade de Saúde Familiar -, é o nosso dever que estamos a cumprir e só merecemos registo, não agradecimento, porque esse é um dever que temos de cumprir. Quanto ao transporte, tem toda a razão, estamos a pensar em soluções para isso e pode ter a certeza que o transporte será efetuado. -----

--- O **Líder do CDS-PP, Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, referiu: O primeiro tema de hoje tem a ver com o serviço noturno permanente das farmácias do Concelho de Sintra. Sabemos que o Concelho de Sintra se encontra dividido em 3 zonas de serviço noturno permanente pela Administração Regional de Saúde, e que exclui por completo as zonas mais rurais e de menor acessibilidade, como é o caso de Colares, Terrugem, São João das Lampas, Almargem do Bispo, entre outros. Eu sugeria que a Câmara Municipal estimulasse a Administração Regional de Saúde para que mais farmácias estejam abertas em regime de serviço noturno permanente obrigatório. E isto, sobretudo na zona rural, contribuindo para um melhor acesso e disponibilidade de medicamentos e produtos de Saúde às populações, durante o período noturno, com o encurtamento de distâncias, por forma a proteger sobretudo a população mais idosa e com menores recursos. A título de exemplo, amanhã, no Concelho de Sintra, vão estar abertas 3 farmácias, isto, em serviço noturno nas 3 zonas: na zona 1, a Farmácia de Fitares, na Rinchoa; na zona 2, a Farmácia Gil, em Queluz; e na zona 3, a Farmácia Central, no Cacém. A seguir, no dia 4, é a Farmácia Químia, em Mem Martins; outra na Idanha; e outra em São Marcos. Se houver uma pessoa da Assafora que precise de ir a uma farmácia durante a noite, se for à Rinchoa tem que percorrer 14 quilómetros, de Colares à Rinchoa são cerca de 20 quilómetros, e de Almoçageme ainda é mais distante. Sabendo, por exemplo, que em Lisboa com uma população de 500000 habitantes, tem 17 farmácias abertas à noite, Sintra, com 380000 habitantes, tem 4, porque há uma que é de serviço permanente. Embora sabendo que a Câmara Municipal de Sintra não tem a tutela era muito importante que recomendasse à Administração Regional de Saúde a abertura noturna de farmácias nas zonas rurais. O outro assunto, sobre o parque de estacionamento da Cavaleira, já foi aqui meio respondido aquando da intervenção do senhor deputado André Beja, mas já agora, e só para terminar, quando é que pensam vir a ter o parque de estacionamento, que era do Sintrense, em

funcionamento? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu pensava que o parque de estacionamento do Sintrense estava a funcionar. Agora, não podemos obrigar as pessoas a pôr lá os carros. É gratuito, está a funcionar, pelo menos, eu tenho essa impressão. De qualquer maneira, vamos ver, mas penso que está a funcionar. -----

--- Em relação às farmácias, nós vamos estudar o assunto, mas as farmácias têm hoje uma grande liberdade. Se tiverem mercado à noite, com certeza que abrem, eu acredito que abram, mas se não tiverem vai ser difícil. Embora eu reconheça que é um serviço público que tem de ser prestado. Nós temos que estudar o assunto e vermos bem se é necessário pedir uma obrigatoriedade, ou não. -----

--- O **Líder do CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Eu queria fazer uma intervenção que já abordei aqui diversas vezes, não só eu como outros camaradas meus, tanto no âmbito da atividade municipal como no âmbito de intervenções avulso, mas queria deixar aqui uma posição política clara para ficar registada. O alargamento do Passe Social intermodal, pelo qual a CDU lutou durante mais de 20 anos, é já uma realidade, mas teve exatamente as consequências que tínhamos previsto. Os anteriores utentes viram os seus custos baixar, em alguns casos, muito significativamente, e viram a sua mobilidade aumentar pois o Passe passou a servir todos os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Todos os operadores e todas as carreiras destes operadores, milhares de novos utentes, foram atraídos para o sistema de transportes públicos, muitos deles abdicando do transporte individual. Esses novos utentes trouxeram novas receitas para o sistema, e ainda importantes melhorias no plano ambiental. Ficaram ainda mais visíveis as insuficiências na oferta de transportes públicos provocados por largos anos de desinvestimentos dos sucessivos governos, incluindo o atual, como a CDU sempre alertou, para um transporte público massificado na Área Metropolitana de Lisboa. O alargamento do Passe e a redução do preço era apenas uma das condições. A outra, e fundamental, era o aumento da oferta em quantidade, qualidade e fiabilidade. Perante o quadro atual de desinvestimento gritante, por parte do Governo, na oferta de transportes públicos, o que faz a CP? Reduz para metade os comboios a circular na Linha de Sintra, no período de verão, que mais não é do que tornar oficial as inúmeras supressões, atrasos e irregularidades que o serviço já enfrentava antes do anúncio desta decisão e que a maior procura veio tornar mais evidentes. O que é necessário e urgente para reforçar o serviço público de transportes, o transporte ferroviário e o direito de todos à mobilidade, é o rumo inverso a este, e que a CDU vem defendendo. No plano imediato, é preciso contratar os trabalhadores em falta nas empresas de transporte. Entre 20 a 30% da frota da CP está regularmente encostada por falta de manutenção, como o próprio Governo já admitiu. Nas estações e nos comboios faltam trabalhadores em todo o lado. Paralelamente, é preciso avançar decididamente para o investimento público nos transportes públicos. No distrito de Lisboa, a CDU aponta como prioridade, entre outras, a aquisição de comboios para a CP Lisboa e o alargamento do número de comboios na Linha de Sintra. 104 milhões de euros foi o custo total, a nível nacional, do Programa de Apoio à Redução Tarifária enquanto que, por ano, o Estado gasta mais de 10 vezes este valor em PPP, e 1300 milhões nas autoestradas. Não falta dinheiro, mas é preciso haver vontade política e defender o serviço público. Esperamos que os investimentos estejam a ser estudados e preparados para estas medidas tão importantes e estruturantes, mas caso eles não aconteçam, toda esta iniciativa, toda esta decisão cai por água abaixo. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu acho que o problema da oferta de equipamento é importante, mas nós não podemos esquecer, em momento nenhum, a importância enorme que foi a redução do preço do Passe. Eu sei que foi isso que disse e eu estou a enfatizar isso. Queria dizer-lhe mais, é que para além da redução do Passe nós vamos ter também um aumento enorme da área abrangida pelo transporte. Para lhe dar uma ideia, na Área Metropolitana de Lisboa a área abrangida pelo transporte passa de 63 milhões de quilómetros para 90 milhões de quilómetros, e em Sintra, passa de 8 milhões de quilómetros para 13. É uma verdadeira revolução, e já não é só o Passe é também o aumento da oferta coberta pelo transporte. Agora, temos o equipamento, e estamos a falar da 3ª fase, que representa investimentos enormes, mas o Ministro já disse que ia fazer esses investimentos. Espero que o consiga fazer, e nós temo-nos batido muito para que isso aconteça, mas não nos podemos esquecer dessas duas coisas importantíssimas que são a redução do Passe e o aumento da oferta coberta pelo transporte. -----

--- O **Presidente da União das Freguesias de Sintra, Deputado Manuel Fernando Alves Pereira**, referiu: O que me traz hoje aqui não poderia deixar de o expressar neste fórum. A par das múltiplas ações que temos desencadeado pelo nosso Concelho na melhoria da qualidade de vida das pessoas, com a criação de novas infraestruturas e requalificação de outras, trazer hoje, aqui, a esta Assembleia, o facto destas 3 últimas que aconteceram na semana passada, e refiro-me ao Centro de Saúde da Aqualva, ao Centro de Saúde de Sintra e ao Centro de Saúde de Almargem do Bispo. Não poderia deixar de o fazer por uma razão muito simples, 4 décadas depois para o de Aqualva, 5 décadas depois para o de Sintra, hoje, os municípios de Sintra e, nomeadamente, os destas 3 freguesias podem-se orgulhar pelo facto de terem condições dignas, de terem os cuidados de Saúde que lhes são prestados, quer em termos de conforto quer em termos da qualidade da prestação do serviço. Isto ficou bem espelhado na passada semana, quando eu acompanhei os trabalhos da abertura daquele Centro de Saúde e vi estampado no rosto daquelas pessoas, e de todo o grupo clínico, desde os funcionários, aos médicos e enfermeiros, o facto daquelas condições magníficas de trabalho, que são condições dignas de registo, pelo que não poderia deixar, de forma alguma, de vir hoje, aqui, dizer-lhe, senhor Presidente, que é um orgulho tremendo ter este executivo e ter esta capacidade de trabalho que a sua equipa tem. Muito obrigado por tudo, e em nome dos sintrenses, agradecer-lhe este magnífico trabalho feito, realmente, com a criação destas 3 novas unidades de Saúde, a par de outras tantas que por aí vêm. Muito obrigado. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta, pelas suas palavras, mas como disse há pouco, apenas cumprimos o nosso dever. Só para esclarecer que, para além dos quatro novos Centros de Saúde já feitos, há mais dois em vias de serem executados. O Centro de Saúde de Algueirão-Mem Martins, que será o maior do país, servindo 60000 pessoas, está neste momento no Tribunal de Contas para aprovação. Mal seja aprovado começam os trabalhos, que até já podiam ter começado se a Portaria de extensão de encargos não tivesse demorado 8 meses. Espera-se que isso não se repita com frequência. Depois, o de Belas, cujo projeto está praticamente pronto, vai ser o aproveitamento da escola. Vamos pagá-lo todo e, depois, vamos ter uma renda simbólica. A seguir será o de Rio de Mouro, que será o 7º, e embora ainda não esteja em projeto, já está pensado. Nós consideramos a Saúde, ao lado da Liberdade e da Democracia, uma prioridade das prioridades. Um Estado, seja central, seja local, que não consegue dar dignidade à prestação de cuidados de Saúde, é um Estado exíguo no exercício das funções públicas, e nós não queremos ser, em Sintra, um Estado exíguo. É o

Hospital, são os Centros de Saúde, são os médicos de família, é hoje o Plano Local de Saúde, são os embaixadores da vacinação, é tudo isto, porque a qualidade de vida começa na segurança da prestação de cuidados de Saúde familiares. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI 2019-2028), tendo em vista operacionalizar ao nível municipal e local as normas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente as constantes do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, com alterações vigentes, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 478-P/2019. -----

--- **A Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo do PS**, referiu: Assumindo, o Partido Socialista, a coordenação da Comissão Especializada que tem a seu cargo a temática da Proteção Civil, entendemos por bem fazer uma breve resenha, em síntese, do trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios e que, naturalmente, está plasmado neste Plano, mas em muitos outros instrumentos e medidas que a Câmara tem vindo a tomar, e que importa aqui salientar. Assim sendo, e em matéria de defesa da floresta, muito tem sido feito. Antes de mais, a criação do Gabinete Técnico Florestal; com o contributo deste Gabinete, a Câmara Municipal de Sintra tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de ações, como medidas de proteção das populações, da salvaguarda do património edificado, do património natural e paisagístico, e aumentado a resiliência do nosso território contra os incêndios florestais. Através deste importante contributo do Gabinete Técnico Florestal, conseguimos a consolidação e a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que agora analisamos; aprovámos, também, o Plano Operacional Municipal; implementámos a Sinalética do Plano de Segurança e Evacuação da Serra de Sintra; monitorizamos quinzenalmente a gestão de combustíveis nas Freguesias definidas como prioritárias; monitorizamos trimestralmente as ações de gestão de combustível e ações de sensibilização ambiental; promovemos ações de fiscalização de terrenos em risco de incêndio; analisamos o risco de incêndio em terrenos municipais e privados; fizemos o cadastro com digitalização dos terrenos em risco de incêndio no Concelho de Sintra; realizámos campanhas de sensibilização concertadas envolvendo proprietários, Juntas de Freguesia (sobretudo daquelas definidas como prioritárias), a GNR, o CEPNA, a Parques de Sintra-Monte da Lua, as Associações dos bombeiros voluntários e as Escolas, através de campanhas e informação disponibilizada no site, outdoors, distribuição de panfletos, publicitação de editais, esclarecimentos dados diretamente aos nossos munícipes, visitas aos terrenos dos proprietários, divulgação nas redes sociais e esclarecimentos de um conjunto de perguntas frequentes. Criámos, também, as equipas dos Sapadores Florestais, duas equipas que têm como principal objetivo a vigilância da Serra, a silvicultura preventiva e o apoio à plantação de 200 peças autóctones na área florestal. Promovemos a abertura e limpeza de caminhos, melhoria dos acessos que garantem uma maior celeridade na mobilidade dos meios de socorro, nomeadamente: Caminho do Monge, Caminho dos Potes; Caminho da Urca; e Caminho da Boca da Mata. Criámos zonas de mosaico, de descontinuidade florestal em faixas de gestão de combustível criando as respetivas zonas. Onde? - Mosaico no perímetro florestal da Penha Longa, mosaico no enclave do perímetro florestal e mosaicos no Monge. Plantámos, também, mais espécies resistentes ao fogo evitando a sua propagação. Criámos e reforçámos os pontos de água, como é o exemplo da Saibreira, do Touro e da Boca da Mata. Celebrámos um conjunto de protocolos com diversas entidades para a criação, por exemplo, de postos de vigia, entre a GNR e o Município de Sintra. Promovemos a celebração do protocolo “Altitude 3D”, entre a Parques de Sintra-Monte da Lua,

Instituto Superior Técnico e o Município de Sintra, a partir do qual, com recurso à utilização de sistemas aéreos inteligentes de baixo custo, promovemos o mapeamento 3D do terreno, mapeamento da vegetação da Serra de Sintra recorrendo a tecnologia avançada que utiliza drones - trata-se de um estudo de investigação a 4 anos, de enorme importância na tomada de decisão ao nível do planeamento. Promovemos acordos de gestão de combustível nas estradas nacionais da Serra de Sintra - Parques de Sintra-Monte da Lua, IP e o Município de Sintra. Promovemos protocolos de sensibilização ambiental "Mão na Serra", Parques de Sintra - Monte da Lua, P que visa a plantação de árvores, ação que promoveu a participação de mais de 600 alunos, ao longo do passado ano letivo. Promovemos, também, o protocolo de Intervenção de Gestão de Combustível em Terrenos Privados, em zonas de entrada de fogo na Serra de Sintra, com a intervenção em terrenos no Vale da Adraga e na Serra de Sintra. Já se encontra em funcionamento o Regulamento do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, um importante Regulamento que permitiu a criação do expediente da enorme importância que permite que a Câmara, de uma forma mais eficaz, possa entrar em terrenos que são privados e considerados um risco, sobretudo nas zonas urbanas. Fizemos um conjunto de intervenções na faixa de gestão de combustível, com a criação de zonas de mosaico e de beneficiação de caminhos florestais destinados a facilitar a circulação de viaturas de combate a incêndios e, ainda, facilitar o acesso aos principais pontos de água a serem utilizados em caso de socorro. -----

--- Muitas outras iniciativas e medidas foram tomadas, o que quer dizer, senhoras e senhores Deputados, que muito tem sido feito e muito trabalho tem sido desenvolvido pelo Município de Sintra, em matéria de Prevenção. Estratégias são plasmadas nestes instrumentos, nestas medidas que acabei de elencar e que têm sido amplamente debatidas na Comissão Especializada que coordeno. Estratégia que tem merecido naquele fórum e neste plenário rasgados elogios e sistemático reconhecimento do importante trabalho que tem sido desenvolvido. Em Sintra, ao longo dos últimos 6 anos, o executivo camarário tem identificado problemas, refletido sobre eles e estruturado e executado soluções. Assim sendo, senhor Presidente, quero na sua pessoa, e em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, publicamente agradecer o notável trabalho que a Câmara Municipal de Sintra tem desenvolvido em defesa da nossa Serra, do nosso território e das nossas gentes. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Não vou intervir durante muito tempo sobre esta matéria até porque, na última Sessão da Assembleia Municipal, quando discutimos a atividade camarária, tive oportunidade de dizer o que pensava sobre esta matéria, mas queria reafirmar algumas coisas. Uma delas tem a ver com aquele princípio que a CDU tem, e que eu também tenho, não por eu ser da CDU, mas como princípio meu, quando as coisas se fazem bem, ou se fazem no interesse das populações, nós dizemos bem. Quando as coisas não correm tão bem, nós dizemo-lo também com toda a frontalidade, discordando e dizendo aquilo que sentimos. Por isso é que estamos em Democracia, por isso é que votamos de vez em quando, de 4 em 4 anos, ou de 3 em 3, ou de 2 em 2, ou de 1 em 1, depende do tempo que o Governo estiver em exercício (por acaso não estamos Itália, pelo que votamos menos vezes).

--- Desde já afirmo que, nesta área, a Câmara tem o meu apoio sincero, objetivo e claro, porque é uma área de atuação clara, uma área que, se nós nos debruçarmos um pouco sobre os documentos, nós percebemos o que é que se está a fazer, e portanto, nós, CDU, reconhecemos esse trabalho, que é um trabalho importante, ainda mais importante, é um trabalho de futuro, ou seja, não estamos a falar de um trabalho casuístico, onde tem aqui um flash mas, depois, olhamos para trás e, muitas vezes, verificamos que está tudo na mesma. Não é o caso deste trabalho, que é um trabalho de profundidade, e o qual nós reconhecemos. No entanto, este é um Regulamento que tem de ser um Regulamento dinâmico. Nós

sabemos que a floresta é dinâmica, nós sabemos que o clima é instável e que se vai agravando, que as amplitudes térmicas são cada vez maiores, razões pelas quais tem de ser um Regulamento dinâmico e passível de ser aperfeiçoado ao sabor do seu desenvolvimento e da própria realidade. Penso que as medidas são de grande importância, ainda que não concordemos com algumas delas, e já o referi mais de uma vez, e continuarei a referi-lo sempre, continuarei a bater sempre nesta tecla, no facto de haver áreas em que não estamos de acordo. Todavia, no seu todo, e é o nos que interessa neste caso, nós vamos votar favoravelmente, posição esta que vos transmito com satisfação. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Este é realmente um Plano importante, tendo demorado o tempo que se impunha ter demorado a ser feito. E por quê? Porque se trata, realmente, de um Plano que não se limita a respeitar, a dar resposta ao imperativo legal. Vai mais longe, sendo um Plano de coordenação, de sensibilização, e como já foi aqui dito, é um guia de intervenção e de proteção da Serra. Fundamentalmente, este Plano é o ponto de chegada de uma grande colaboração da Câmara, representada pelo Dr. Quintas, que é o autor moral e material deste Regulamento. É ele a pessoa que tem falado com os Bombeiros numa base de grande sensibilidade para o efeito (até o apelidam de “bombeiro imérito” porque, realmente, assim é. Dizia eu que este Plano assenta numa grande colaboração entre várias entidades, resultando numa coordenação entre a Câmara Municipal de Sintra, Parques de Sintra-Monte da Lua, Bombeiros, Forças Armadas, população (que tem sido muito importante na prevenção), e também a partir de medidas do trânsito, que o senhor Vice-presidente, Rui Pereira, tem implementado no sentido de prevenir qualquer incêndio. Tivemos alguns exemplos bem recentes em que foi necessária a nossa intervenção, e vimos como é que os nossos Bombeiros intervieram imediatamente. E se não fosse essa intervenção célere, em meia hora, num fogo bem recente, já tínhamos tido um problema sério, este ano. Esta é a realidade. Os Planos visam a realidade, e nós temos que estar sempre preparados, como o dizia há pouco o senhor Deputado Jacinto, para intervir em qualquer momento. Temos alterações climáticas muito rápidas e muito súbitas e temos que estar preparados para responder. Aquilo que eu tenho dito é que nós temos a consciência tranquila de ter feito tudo para que as coisas não acontecessem. Agora, obviamente que não podemos prometer que nada aconteça. Mas que tudo fizemos, e continuaremos a fazer para proteger o nosso património e as nossas pessoas, isso será seguramente continuado a fazer. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.--

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **4 e 5** da Ordem de Trabalhos:-----

--- O **Presidente da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado** Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, referiu: Esta alteração não tem nada de especial, mas claro que vou votar



a favor, quanto mais não seja por ser o meu Plano do Pedregal. De qualquer modo, a minha presença aqui era só para solicitar a vossa Excelência, se porventura já há alguma previsão do início deste Plano de Pormenor do Pedregal. Como deve calcular, este é um Plano que me é caro, e aquilo que eu mais desejava era que, enquanto eu fosse Presidente de Junta, que desse início às obras do Plano de Pormenor porque só me faltam dois anos para acabar o mandato, e qualquer dia já não tenho hipótese de ver isto. E isto será, com certeza, tanto como o da Praia Grande, serão duas obras fabulosas para o nosso Concelho e para as nossas duas Freguesias litorais. Era nesse sentido que eu pedia a vossa Excelência se nos dava assim uma luz ao fundo do túnel para saber se me candidato ou não, porque se isto ficar pronto eu já não me candidato mais, porque isto é uma obra do século. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Bom, agora até me dava vontade de rever os prazos, depois do que o senhor acabou de dizer. Sinceramente, eu não lhe sei responder, mas eu vou pedir aos Serviços o favor de ver o calendário que, neste momento, não o tenho aqui, e imediatamente lho envio. Agora, o que lhe posso garantir é que vamos pagá-lo, sabemos quanto custa, e já está orçamentado. Agora, quanto ao início das obras, sinceramente, não tenho aqui elementos que lhe possa dar, mas peço aos Serviços, assim que tiverem esta informação, o favor de a mandarem ao Senhor Presidente da Junta. -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Pedregal, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 483-P/2019. -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Praia Grande, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 484-P/2019. -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 524-P/2019. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito rapidamente, apenas para chamar à atenção que o mapa de pessoal da Câmara inclui mais 20 polícias municipais. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.--

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Foi submetido a apreciação o Pontos 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a Revisão Orçamental nº 1/2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 539-P/2019 -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Sobre esta alteração de orçamento dos SMAS, nós estudámos a proposta, percebemos que o fim será incorporar o Saldo de Gerência, saldo este que tem uma verba ainda razoável, mas não encontramos uma explicação. Quais foram os critérios de distribuição do Saldo de Gerência pelas rubricas? Ou seja, se há algum projeto, alguma medida ou alguma intervenção que justifique esta distribuição? Acho que era importante, considerando que é nosso dever, é nossa responsabilidade apreciar e votar os Orçamentos, as alterações orçamentais e também, mais tarde, as Contas, pelo que seria importante que essa explicação nos fosse dada. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A questão é pertinente. A distribuição é feita em função do calendário dos investimentos dos SMAS que estão programados. Em função dos diversos investimentos dos SMAS, a programação e a distribuição é feita em função do calendário dos investimentos que estão a ser feitos. É essa a explicação, e foi isso que ficou decidido. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.--

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: **33** (PS; 1PSD; 1 CDS/PP; CDU, BE. PAN) -----

--- Votos contra: **00** -----

--- Abstenções: **11** (6PSD; 4CDS/PP; MPT) -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **maioria**. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 8, 9 e 10 da Ordem de Trabalhos:-----

--- O **Líder do CDS-PP, Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, referiu: O CDS vai votar favoravelmente as propostas. No entanto, era só uma questão de pormenor quanto ao Regulamento de Gestão de Utilização das Instalações Desportivas. Na Comissão tinha ficado a dúvida, aliás, está no Parecer, quanto à possibilidade de ser exigido atestado médico, no âmbito instrutório, aos utentes das piscinas (isto tinha a ver com a Proteção de Dados, se era possível ou não). Eu estive a ver a Lei, e é assim: neste momento, e de acordo com a minha leitura da Lei, não é exigível, de acordo com o artigo 40, da Lei 5, de 2007. No entanto, o que tem sido seguido em outros Regulamentos, tanto em Lisboa como em Barcelos, é uma declaração do próprio utente a dizer que não sofre de qualquer doença, pelo que está apto a frequentar a piscina. Caso assim não seja, terá que se rever, e se não for exigível nenhuma declaração, a partir de um atestado médico, ou do próprio utente, em meu entender, e para que isto fique coerente, nas Condições de Acesso previstas no artigo 20, nº. 2, terá que ser retirado. Assim, os portadores de doenças transmissíveis

não podem frequentar as piscinas municipais.-----

--- A **Deputada Eunice da Conceição Baeta, do CDS- PP** referiu: Queria dar nota, relativamente ao ponto 9, Regulamento da Plataforma do Sintra/AmbiQuiz, que consiste em dar os parabéns à Câmara por esta iniciativa, uma vez que isto tende a ser um incentivo de sensibilização ambiental. Sugerir que, e aquilo que ouvimos em Comissão era para ser feito em Escolas, sugerir, dizia eu, que as Associações de Reformados também possam participar, uma vez que a disponibilidade para este assunto pode ser alargada até aos seniores.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhora Deputada Eunice, excelente ideia. Vamos tomar em conta. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Gestão e Utilização das Instalações Desportivas Municipais de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.** Proposta nº 411-P/2019. ---

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de Regulamento da Plataforma do Jogo Sintra/AmbiQuiz, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente.** Proposta nº 419-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património.** Proposta nº 420-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **11 e 12** da Ordem de Trabalhos:-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: sobre a Proposta 12, que respeita à celebração do contrato de concessão e exploração do Crematório do Complexo Funerário do Alto do Chão Frio, senhores Deputados, temos aqui umas alterações. Desconhecendo se se elas vão alterar a vossa opinião sobre o contrato de concessão e exploração, ou não, mas em qualquer dos casos temos que fazer aqui umas alterações. No caderno de encargos, na cláusula 16, é feita uma alteração na Renda da Concessão, na alínea b) do seu nº 1 - onde se lê: "Percentagem mínima de 5% do total das verbas de cremação, resultante da proposta do concessionário", deverá ler-se: "Percentagem mínima de 5% do total das receitas de Exploração, resultante da proposta do concessionário; no nº 4 da mesma cláusula - onde se lê: "À renda prevista do número anterior acrescerá ainda o valor correspondente à participação nas receitas de exploração, excluído o IVA, conforme constante da proposta, a qual será paga até ao dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior", deverá ler-se: "À renda prevista no número anterior acrescerá ainda o valor correspondente ao previsto na alínea b) do nº 1 da presente cláusula, conforme constante da proposta, a qual será paga até dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior". -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Apenas para uma rápida explicação. Esta alteração faz todo o sentido porque, além das verbas de cremação, há outras verbas que devem ser incluídas nos 5% que aqui estão referidos. Portanto, não era lógico limitar os 5% às verbas de cremação, quando há outras verbas ligadas à exploração. Com esta alteração, significa que todas as verbas ligadas à exploração são objetos dos 5%. O nº 4 é a adaptação da cláusula 4ª a esta alteração da cláusula 1ª. É só isto e nada mais. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente, tenho aqui uma dúvida. Acredito que a dificuldade até seja minha, que seja uma questão de ignorância. A questão que se coloca, que é uma questão de forma, tem a ver com o facto desta proposta ter sido aprovada na Câmara. Esta proposta de alteração, se não foi previamente aprovada na Câmara, devia tê-lo sido, ou seja, o senhor Presidente, individualmente ou de qualquer forma, não tem legitimidade para uma proposta aprovada da Câmara ser uma proposta de alteração na Assembleia Municipal. Não estou a dizer que foi assim, estou só a interrogar se, caso haja alguma alteração, ela tem que ser votada primeiro na Câmara, e só depois, aqui, na Assembleia. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhor Deputado Jacinto Domingos, se me permite fazer aqui um inciso, e sem eu ser um grande especialista em crematórios, a impressão que eu tenho é que se trata apenas de fazer uma precisão e

melhorar a técnica jurídica do diploma, não havendo qualquer alteração material. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Senhor Presidente, por vezes, eu dou a impressão que estou distraído, mas raramente o estou. O que o senhor Presidente disse, após leitura, foi que esta alteração até melhorava a favor da Câmara, com algum resultado. Assim, se há uma melhoria a favor da Câmara é evidente que deve ser votada na Câmara, e é efetivamente uma alteração material, de acordo com a sua própria afirmação. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É realmente diferente, e nisso tem razão, mas uma coisa são as verbas de cremação, outras são as verbas de exploração, que é a cremação mais outras verbas, isso é verdade. Agora, o que faltava é que a Assembleia não pudesse alterar regulamentos que lhe são propostos. Na minha opinião, pode perfeitamente fazê-lo, até porque compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara, e se a Assembleia entender votar contra, elimina completamente o Regulamento. Se entender votar contra um artigo, elimina-o. E se pode votar contra, não o pode emendar? Por quê? Quem pode o mais pode o menos, era o que faltava! Então, se assim fosse, esta Assembleia estava perfeitamente condicionada a só dois votos: Sim ou Não. O não poder alterar significava uma limitação absurda de uma Assembleia. Nem em uma Assembleia Geral de uma sociedade isso acontece. Neste momento preciso, caso a dúvida fosse política, estando representados aqui todos os Partidos que têm assento nesta Assembleia, caso o senhor Deputado Jacinto assim o entendesse, podia dizer que queria votar, não sem antes propor uma alteração à proposta 419 - entregava esse pedido de alteração ao Senhor Presidente da Mesa, em tempo oportuno, e votava-se. Isto aqui é um critério de avaliação, mais amplo e diferente do que era o anterior. Agora, o que faltava é que nós não o pudéssemos fazer. Por outro lado (e deixemos agora a dúvida jurídica porque não estamos em nenhuma Faculdade de Direito, nem em sede de qualquer Tribunal), pergunto: politicamente, é melhor ou é pior? É melhor. Politicamente, está de acordo ou não está de acordo? Politicamente, esta alteração diz-lhe alguma coisa que o ofenda, que o magoe ou que o incomode, ou não? Esta é a questão. Há aqui um outro aspeto (que me foi, agora, referido pelo Dr. Quintas) que até vai muito ao encontro do que acabei de dizer-lhe, e que tem a ver com os critérios de avaliação, que têm que estar de acordo com a cláusula 1ª, ou seja, mérito da proposta; exploração; percentagem atribuída; e receitas de exploração. Portanto, o que se está a fazer aqui além do mais é adaptar aquilo que devia ser receitas de exploração (cá em cima) aos critérios de avaliação, caso contrário, a proposta tinha critérios diferenciados. Portanto, o que acontece é que, quando a Vereação apresentou isto, devia ter feito logo de acordo com a alteração que agora propomos, e já não tínhamos esta discussão. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Se me é permitido, eu gostaria de trazer à discussão o seguinte: nos termos do artigo 3º do Regimento da nossa Assembleia Municipal, expressamente se estatui na alínea p) que “É competência da Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais”. Digamos que não é um poder implícito porque está expressamente aqui o poder de fazer isso. -----

--- O **Deputado Rui Frias Moreira, do BE**, referiu: Relativamente à proposta número 11, na sua cláusula 27ª, quando se refere às casas de banho, abre a possibilidade destas serem pagas até ao valor de 50 cêntimos, o que nos parece um mau princípio de serviço público, até porque as casas de banho permitem a

instalação de um “mupi”, o que já permite a rentabilização desse espaço. Ainda relativamente às casas de banho, o Anexo 6 refere que, pelo menos 50%, deverão ser acessíveis a pessoas com dificuldades de mobilidade, pelo que nos parece que, quando a Câmara for indicar os espaços, deverá ter sempre em atenção que, onde só houver uma casa de banho, essa casa de banho deverá ser acessível a pessoas com dificuldade de mobilidade. Também não vimos, nas definições do Anexo 6 para as casas de banho, a existência de fraldários, pelo que gostava de vos colocar esta sugestão para que se incluíssem fraldários nas diversas casas de banho. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação aos 50 cêntimos das casas de banho, não me vou pronunciar. Em relação às pessoas com mobilidade reduzida também estarem abrangidas por esse pagamento, temos que fazer uma alteração porque entendemos que as pessoas com mobilidade reduzida não devem estar sujeitas a esse pagamento. Chamou-me, também, à atenção para outra coisa, que tem a ver com o problema do nível de rendimentos pessoais, e isto porque pode haver uma pessoa com mobilidade reduzida e ter um rendimento alto, por oposição a uma outra pessoa que, não tendo mobilidade reduzida, tem um rendimento baixo. Porventura, o melhor é deixar ficar como está e não fazer nenhuma alteração. Tem é que se garantir a acessibilidade. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, a questão das casas de banho para as pessoas com dificuldade de mobilidade, com mobilidade reduzida, era outra. Diz o Regulamento que, pelo menos 50 por cento das casas de banho que forem instaladas no espaço público, devem ter acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida. A questão que nós levantamos é: se for colocada só uma casa de banho, essa casa de banho, obrigatoriamente, terá de ter esse acesso garantido. Se forem colocadas 2, não há problema de uma ter, outra não ter porque é garantida, mas isso não é explícito no Regulamento, e era importante que fosse. E, depois, a 2ª questão é a dos fraldários estarem, ou não, disponíveis naquele equipamento, mas que o Regulamento não prevê. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Não está previsto, mas é implícito. É óbvio que tem que ter equipamento e tem que ter acesso, tem toda a razão. Mas se havia dúvida, fica registado que essa é a interpretação legal e autêntica. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu: Não sou jurista, já não o espero vir a ser, mas tenho sinceras dúvidas (mas são minhas, com certeza, e a dificuldade, volto a dizer, é minha). Quando não estou de acordo com os outros, parto sempre do princípio que a dificuldade é minha. Mas eu tenho dúvidas, até por questão de estabilidade das propostas, que seja possível, neste tipo de propostas, que possa a Assembleia proceder à sua alteração. Mas é uma dúvida minha. Se o Presidente da Assembleia acha que sim, se maioritariamente acham que sim, tudo bem, quem sou eu para estar a discordar, mas tenho dúvidas, e dúvidas que são legítimas. De qualquer das formas, essa não foi a questão que eu coloquei. A questão que eu coloquei é: se a proposta votada colegialmente na Câmara pode, depois, por um elemento da Câmara, seja o Presidente ou não, fazer proposta de alteração a essa proposta anterior. E esta foi a única questão que eu coloquei, mas é só uma dúvida minha. Se me dizem que sim, que pode ser, se me dizem que a Câmara pode aprovar um documento e depois o senhor Presidente, ou o senhor Vereador, pode fazer uma proposta de alteração, tudo bem, quem sou eu para dizer que não. De qualquer das formas, tenho essa dúvida, mantenho essa dúvida, e acho que tenho razão. Contudo, sendo uma proposta que

serve o Município, é evidente que vamos votar favoravelmente. Mas repito, mantenho esta dúvida. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Presidente, eu não quero insistir nesta matéria, porque acho que é uma matéria despicienda de discussão, embora possa acrescentar que as Comissões da Assembleia Municipal podem alterar propostas, tem-lo feito, e era o que faltava que não pudessem fazê-lo. É claro que podem, e tem-lo feito. Portanto, uma vez que o têm feito, por maioria de razão, o plenário pode fazê-lo também, sendo tal uma evidência. Por conseguinte, as Comissões têm feito várias alterações, e boas, ainda bem que o fazem. É claro que o fazem com o conhecimento e a concordância da Câmara, que é o que está a acontecer neste momento: a Câmara está aqui. Há pouco, eu ao senhor Deputado Jacinto que há, apenas, um erro material, porque a avaliação fala em receitas de exploração, mas acima no documento fala em receitas diferentes, e se não fosse corrigido havia um problema de disparidade. Há, manifestamente, um lapso, pelo que, ou se corrige as receitas de exploração, cá em baixo, no critério de avaliação, ou corrige-se acima quando se refere o critério da receita do crematório. Ou uma coisa ou outra. Nós preferimos a primeira, porque era essa a intenção, que os 5% abrangessem todas as receitas. Nem sequer se coloca esse problema de adaptação de conteúdo. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, esclareceu que, após consulta da Lei nº 75/ 2013, constata-se que esta proposta não se enquadra nas situações em que a Assembleia Municipal não tem competência para alterar as propostas da Câmara, pelo que, efetivamente, a proposta em apreço pode ser alterada por este órgão. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão de uso do domínio público municipal para a instalação e exploração publicitária de mupis convencionais, digitais e interativos, abrigos, sanitários públicos, papelarias, sinalização direcional de âmbito informativa, dispositivos para estacionamento de motociclos e bicicletas e guardas de proteção a peões, com o adjudicatário do procedimento, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 475-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 02 (BE)-----

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria.** -----

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão e exploração do Crematório do Complexo Funerário do Alto do Chão Frio com o adjudicatário do procedimento a lançar nas condições descritas da presente proposta, nos termos da respetiva proposta** (Proposta nº 476-P/2019), **com a seguinte alteração:**-----

--

--- **Cláusula 16.<sup>a</sup> – A (Caderno de Encargos) – Renda da concessão:**-----  
 --- **alínea b) do nº 1** – Onde se lê: “Percentagem mínima de 5% do total das **verbas de cremação**, resultante da proposta do concessionário”, deverá ler-se: “Percentagem mínima de 5% do total das **receitas de exploração**, resultante da proposta do concessionário”;-----  
 --- **nº 4 da presente cláusula** – Onde se lê: “À renda prevista no número anterior acrescerá ainda o valor correspondente **à participação nas receitas de exploração, excluindo o IVA**, conforme constante da proposta, a qual deverá ser paga até ao dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior”, deverá ler-se: “À renda prevista no número anterior acrescerá ainda o valor correspondente **ao previsto na alínea b) do nº 1 da presente cláusula**, conforme constante da proposta, a qual deverá ser paga até ao dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior”.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **13 a 22** da Ordem de Trabalhos:-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da feira “Aqualva - Feira à Antiga”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 418-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra, no âmbito da realização e organização da “1.ª Corrida Saloia Sintra – Janas”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 435-RP/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----



--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 15 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização das obras de requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio do Seixal, Assafora, Arneiro dos Marinheiros, Godigana, Fontanelas e Chilreira, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 477-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da Festa de Encerramento do Ano Letivo da Universidade Sénior Intergeracional de Aqualva e Mira Sintra, nos termos da proposta.** Proposta nº 489-RP/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a transferência de verba para a União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, correspondente ao arrendamento das instalações do Projeto Viv@cidade E7G, para os 12 meses de 2019, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 499-EQN/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra no âmbito da organização do “2.º Grande Prémio de Aqualva e Mira Sintra”, nos termos da proposta.** Proposta nº 517-RP/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da organização das “Festas da Vila 2019”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 550-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 20 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “Festival do Leitão”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 551-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 01 (PAN)-----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **maioria**. -----

--- Deu entrada na Mesa uma Declaração de Voto do PAN, que se anexa (**doc. nº 2**).-----

--- Ponto 21 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “Algueirão-Mem Martins a Caminhar e a Correr – II edição”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº567-RP/2019. -----

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 22 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Queluz e Belas no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “6.º Grande Prémio de Queluz-Belas – Prémio Manuel Faria”, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 568-RP/2019. --

--- VOTAÇÃO:-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- O **Deputado António Filipe Gaião Rodrigues da CDU**, referiu: Pedi para usar da palavra, não para demorar, ou atrasar os trabalhos, só para dizer que é esta a última Sessão da Assembleia Municipal de Sintra em que participo, certamente que é a última, por razões de organização da minha vida pessoal e familiar (já não reside no Concelho de Sintra). Pedi aos meus camaradas que, na lista, certamente, haverá quem continuando a residir no concelho de Sintra esteja em melhores condições de acompanhar o dia-a-dia do Município e de participar nos trabalhos com melhores condições que eu. Não queria deixar de me despedir e de dizer que foi uma grande honra, nestes 14 anos, ter feito parte da Assembleia Municipal de Sintra, nos 14 dos 15 anos que residi neste Município, e agradecer a todos a paciência que tiveram de me ouvir muitas vezes. Nem sempre foi fácil conciliar os trabalhos da Assembleia Municipal com os trabalhos da Assembleia da República, o que pôs em causa muitas vezes a minha assiduidade e a minha pontualidade aos trabalhos, mas procurei participar o melhor que soube nesta Assembleia. Como disse, foi uma grande honra para mim, levo comigo boas recordações dos 15 anos que aqui vivi, e a estima que tenho pelo Concelho de Sintra permanecerá intocada ao longo da minha vida. Quero deixar aqui as mais cordiais saudações ao senhor Presidente da Assembleia Municipal (que continuarei a ver quase diariamente), ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, aos de mais membros que compartilharam comigo esta honra de serem membros desta Assembleia Municipal de Sintra, desejando as maiores felicidades na continuidade dos vossos mandatos e, naturalmente, as maiores felicidades nas vossas vidas pessoais. Enfim, queria deixar uma saudação muito cordial a todos, e um muito obrigado. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Se me permite, em meu nome, e porventura, em nome de todos os colegas que acabaram de ouvir a sua declaração, queria cumprimentá-lo pela forma como, ao longo de 14 anos, prestigiou o seu Partido,

.../...

prestigiou a sua bancada, prestigiou e qualificou a Assembleia Municipal de Sintra. É com profundo reconhecimento coletivo que nós nos despedimos de si e lhe desejamos os maiores êxitos pessoais e políticos futuros, quando agora for seguramente integrar, mais cedo ou mais tarde, os “desgraçados” da Assembleia Municipal de Loures! Um grande abraço solidário dos muitos amigos que aqui deixa. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em nome da nossa Vereação, dizer-lhe que foi um privilégio de trabalhar consigo, pela qualidade das suas intervenções, pela seriedade do seu comportamento que muito beneficiou o nosso trabalho. Também em nome da Vereação, desejar-lhe as maiores felicidades e dizer que, embora não munícipe de Sintra, posso dizer que será sempre um munícipe honorário do nosso Concelho. Muito obrigado pela sua colaboração. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos **23 a 26** da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Em relação ao ponto 25 da Ordem de Trabalhos, saudar a decisão da aquisição daquele terreno para permitir à Junta de Freguesia de Algueirão - Mem Martins, ou aos seus fregueses, poderem vir a passar a ter instalações condignas. Só quem trabalhou ou trabalha, ou viveu naquelas instalações, é que sabe como aquilo é terrível. Portanto, saudar essa decisão.

--- Também tive oportunidade, por uma questão de morar em Algueirão-Mem Martins, de assistir à última Assembleia de Freguesia (normalmente, não tenho noites livres, mas naquele dia saí de uma reunião eram a tempo de passar por lá, e estavam a discutir este assunto). Saudar também, e não sei se está firme ou não, mas saudar a participação da Câmara nas despesas do arranjo envolvente. Esta foi uma informação que eu percebi que deu o Presidente da Junta, por conseguinte, era saudar essa questão. -----

--- Tenho só uma dúvida, ou não, é uma questão de organização das Câmaras, mas tenho assistido a muitas Câmaras a entregar o edifício-sede já pronto a diversas Juntas de Freguesia, não só do distrito de Lisboa, mas que tenho assistido a algumas Câmaras a entregar o edifício pronto às Juntas de Freguesias. Não estou a dizer que tinha que ser assim, estou só a constatar um facto, e a questão que se coloca é se a Câmara, aqui, optou por ir pelo direito de superfície e, depois, a Junta construiu as instalações? Essa é uma questão que a Junta e a Câmara discutirão, mas fica só esta dúvida, ou esta minha interrogação, uma vez que muitas vezes se vê entregar diretamente as instalações já prontas. -----

--- Sobre o ponto 26, é mesmo uma questão de linguagem e é mesmo uma questão técnica, que eu não percebo, e reconheço aqui a ignorância do “macacó”, como se costuma dizer, porque a uma determinada altura nós vamos lendo, e quando se chega à 5ª linha, ou começando na 4ª linha, diz assim: “Artigo 195, da Freguesia de Mira Sintra, descrito na Conservatória do Registo Predial do Cacém, sob o número 4103, da Freguesia de Aqualva-Cacém, em nome de D. Hermínia”. Ou seja, para um indivíduo que não seja técnico da matéria, como é o meu caso que não percebo nada disto, não estou a perceber a expropriação do domínio público que está em nome de D. Hermínia. Pode não ser nada disto, mas lendo lateralmente, é isso que eu percebo. Posso estar a ler mal, pode ser uma questão técnica, mas se está em nome de Hermínia Vitória Fernandes, não precisa de ser desafetado do domínio público. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A proposta é exatamente para corrigir o que estava mal escrito em nome da senhora (são 23 metros quadrados), e como tal, temos que desafetar ao domínio público - a senhora não devia ter aqueles 23 metros quadrados. Assim, como está registado em nome dela, então, nós desafetamos ao domínio público para que o registo tenha

plena validade. -----

--- O **Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão - Mem Martins, o Deputado Válder Manuel Antunes Januário**, referiu: Venho, naturalmente, falar do ponto 25, e daquilo que se refere ao contrato de direito de cedência, de direito de superfície da Câmara para a Junta de Freguesia, nomeadamente, na Quinta de Fanares. Em 1º lugar, agradecer o facto de ter adquirido aquele terreno. Para todos aqueles que não sabem, é um terreno com 4500 metros quadrados no centro de Mem Martins, terreno este onde nós teremos a possibilidade de construir, não só as instalações da Junta de Freguesia que há muito são necessárias e tornava-se premente esta solução, mas também criar valências para a população. Não será um terreno para ser utilizado em exclusivo pelos colaboradores, é acima de tudo para ser usado pela população, e é essa a nossa preocupação. Agradecer desde já, este cuidado e a atenção que teve para com a Freguesia, o que há muito desejávamos, e o Senhor Presidente e a Vereação tiveram essa ideia. Há muito que desejávamos ter umas instalações novas e, naturalmente, com o contributo da Câmara, podemos ter orgulho em desenvolver um projeto que orgulhará não só quem trabalha e vai lá com frequência, mas também toda a população de Algueirão-Mem Martins. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É apenas uma informação à nossa Assembleia Municipal. Esta compra representa a aquisição de um terreno com 4500 metros quadrados, com um custo de 280 mil euros. É bom que se saiba quanto é que os contribuintes pagaram. Entendemos que o sentido útil de proposta justificava este investimento, e é certo que nos propomos ajudar financeiramente. Entregar edifícios de chaves na mão não é nossa vocação, simplesmente, não fazemos isso. As Juntas de Freguesias devem ter autonomia de se orientar, de ter o seu projeto, e nós de as apoiar, quer na compra do terreno, quer eventualmente no apoio financeiro. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço. -----

--- Ponto 23 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a afetação ao domínio público do prédio urbano composto por terreno com a área de 324 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 3134 – Casal de Cambra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1021 – Casal de Cambra, sito na Rua Dona Inês de Castro (antigo Lote 1752), em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 450-PM/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- Ponto 24 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um terreno municipal com a área total de 1.570,00 m2, sito na Freguesia de Mira Sintra, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 893 da União das Freguesias de Agualva e**

**Mira Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 331 – Mira Sintra, a favor do Centro Social e Paroquial de Mira Sintra, IPSS, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 495-PM/2019. -----**

**--- VOTAÇÃO:-----**

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 25 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a cedência do direito de superfície à Freguesia de Algueirão-Mem Martins do imóvel municipal sito na Estrada de Mem Martins n.º 222, em Mem Martins, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 3839 da Freguesia de Algueirão Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2975 da mesma freguesia, também conhecido pela “Quinta de Fanares”, pelo prazo de 30 anos e restantes condições constantes na minuta do contrato em anexo à presente proposta, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 508-P/2019. -----**

**--- VOTAÇÃO:-----**

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Ponto 26 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal e a sua posterior alienação da parcela de 23,65 m2, sito em Mira Sintra, a integrar no artigo nº 453 da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra (antigo artigo 5460 da freguesia de Aqualva-Cacém, ou antigo artigo 195 da freguesia de Mira Sintra) descrito na Conservatória do registo Predial do Cacém sob o número 4103 da freguesia de Aqualva-Cacém, em nome de D. Hermínia Vitória Fernandes Fandango, com as seguintes confrontações: do norte com Hermínia Vitória Fernandes Fandango, do sul, nascente e poente com Rua Ferreira de Castro, através do ressarcimento ao Município, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 520-PM/2019. -----**

**--- VOTAÇÃO:-----**

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

--- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 3**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 21h40m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

#### **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Sérgio Sousa Pinto*

#### **A 1ª SECRETÁRIA**

*Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês*

#### **A 2ª SECRETÁRIA**

*Cláudia Sofia Monteiro da Silva*



SINTRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

02.07.2019

### *Expediente e Informações*

1. Câmara Municipal de Sintra - Ata nº 10/2019 – reunião ordinária realizada em 16.05.2019.  
- Ata nº 11/2019 – reunião ordinária realizada em 30.05.2019.
2. Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Ministro do Ambiente e Transição Energética sobre a discriminação de consumidores na redução dos preços do gás de botija.
3. Câmara Municipal de Sintra – PDM de Sintra – Conferencia de serviços da REN.
4. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – pjr 1271 XIII – Recomenda ao governo um efetivo investimento no Metropolitano de Lisboa.
5. Grupo Parlamentar do PCP – Declaração de Voto - Proposta de Lei nº 148/XIII – 3ª – Aprova a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território.
6. Assembleia de Freguesia de Algueirão Mem Martins – Voto de pesar pelo falecimento de António Correia de Andrade.
7. Junta de Freguesia de Massamá e Monte Abraão – Silo automóvel em Monte Abraão.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Sérgio Sousa Pinto

**1ª SECRETÁRIA**

Lina Maria Venâncio Andrês

**A 2ª SECRETÁRIA**

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



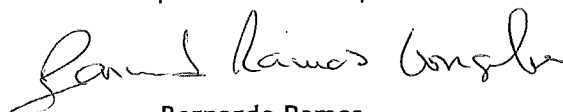
## DECLARAÇÃO DE VOTO

Justificação do sentido de voto face à Proposta nº551-P/2019, referente à atribuição de apoio à União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “Festival do Leitão”, o PAN declara que apoia todas as atividades lúdicas e recreativas que não impliquem qualquer tipo de sofrimento animal.

Sintra, 02 de Julho de 2019,

**Pessoas - Animais - Natureza**

Deputado Municipal



**Bernardo Ramos  
Gonçalves**

## DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia dois do mês de julho de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 5ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas. -----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- Ata n.º 11/18 referente à 6ª sessão extraordinária realizada em 16 de novembro; -----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----

- Ata n.º 04/19 referente à 3ª sessão extraordinária realizada em 8 de abril.-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE.-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº478-P/2019) - "Apreciar e votar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI 2019-2028), tendo em vista operacionalizar ao nível municipal e local as normas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente as constantes do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, com alterações vigentes, nos termos da respetiva proposta".-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº483-P/2019) - "Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor do Pedregal, nos termos da respetiva proposta". -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº484-P/2019) - "Tomar conhecimento da proposta de alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Praia Grande, nos termos da respetiva proposta".-

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº524-P/2019) - "Apreciar e votar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Sintra para o ano de 2019, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº539-P/2019) - "Apreciar e votar a Revisão Orçamental nº 1/2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 33 (CPS; 1 PSD; 1 CDS-PP; CDU; BE; PAN)

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; 1 PT)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº411-P/2019) - "Apreciar e votar o projeto de Regulamento de Gestão e Utilização das Instalações Desportivas Municipais de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

82

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº419-P/2019) – “Apreciar e votar o projeto de Regulamento da Plataforma do Jogo Sintra/AmbiQuiz, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 420-P/2019) – “Apreciar e votar o projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº475-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão de uso do domínio público municipal para a instalação e exploração publicitária de mupis convencionais, digitais e interativos, abrigos, sanitários públicos, papeleiras, sinalização direcional de âmbito informativa, dispositivos para estacionamento de motociclos e bicicletas e guardas de proteção a peões, com o adjudicatário do procedimento, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

82

--- Votos a favor: 42 (PS; PSD; CDS-PP; HPT; PAN; EDO)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 2 (BE)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº476-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração de contrato de concessão e exploração do Crematório do Complexo Funerário do Alto do Chão Frio com o adjudicatário do procedimento a lançar nas condições descritas da presente proposta, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço, com a seguinte alteração:

--- **Cláusula 16.ª – A (Caderno de Encargos) – Renda da concessão:**

--- **alínea b) do nº 1** – Onde se lê: “Percentagem mínima de 5% do total das **verbas de cremação**, resultante da proposta do concessionário”, deverá ler-se: “Percentagem mínima de 5% do total das **receitas de exploração**, resultante da proposta do concessionário”;

--- **nº 4 da presente cláusula** – Onde se lê: “À renda prevista no número anterior acrescerá ainda o valor correspondente à **participação nas receitas de exploração, excluindo o IVA**, conforme constante da proposta, a qual deverá ser paga até ao dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior”, deverá ler-se: “À renda prevista no número anterior acrescerá ainda o valor correspondente **ao previsto na alínea b) do nº 1 da presente cláusula**, conforme constante da proposta, a qual deverá ser paga até ao dia 30 de junho de cada ano, reportando ao ano anterior”.

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº418-P/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da feira “Aqualva - Feira à Antiga”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- **VOTAÇÃO:**

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signature]*

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº435-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Sintra, no âmbito da realização e organização da “1.ª Corrida Saloia Sintra – Janas”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 15 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº477-P/2019) – “Apreciar e votar a celebração do Contrato Interadministrativo de colaboração a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, o qual inclui a prestação de uma verba como apoio à concretização das obras de requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio do Seixal, Assafora, Arneiro dos Marinheiros, Godigana, Fontanelas e Chilreira, nos termos da respetiva proposta.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 16 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº489-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra, no âmbito da realização da Festa de Encerramento do Ano Letivo da Universidade Sénior Intergeracional de Agualva e Mira Sintra, nos termos da proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 17 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº499-EQN/2019) – “Apreciar e votar a transferência de verba para a União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra, correspondente ao arrendamento das instalações do Projeto Viv@cidade E7G, para os 12 meses de 2019, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 18 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº517-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra no âmbito da organização do “2.º Grande Prémio de Agualva e Mira Sintra”, nos termos da proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 19 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº550-P/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Casal de Cambra no âmbito da organização das “Festas da Vila 2019”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 44

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Ponto 20 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº551-P/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio à União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar no âmbito do “Festival do Leitão”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO: ---  
--- Votos a favor: 43 (PS-PSD-CDS-CDU-BE-HPT)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 1 (PAN)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA

--- Ponto 21 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº567-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “Algueirão-Mem Martins a Caminhar e a Correr – II edição”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO: ---  
--- Votos a favor: 44  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE

--- Ponto 22 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº568-RP/2019) – “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Queluz e Belas no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2018/2019 - “6.º Grande Prémio de Queluz-Belas – Prémio Manuel Faria”, nos termos da respetiva proposta”.

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO: ---  
--- Votos a favor: 44  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL





SINTRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

42

--- Ponto 23 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº450-PM/2019) – “Apreciar e votar a afetação ao domínio público do prédio urbano composto por terreno com a área de 324 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 3134 – Casal de Cambra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 1021 – Casal de Cambra, sito na Rua Dona Inês de Castro (antigo Lote 1752), em Casal de Cambra, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 24 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº495-PM/2019) – “Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um terreno municipal com a área total de 1.570,00 m2, sito na Freguesia de Mira Sintra, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 893 da União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 331 – Mira Sintra, a favor do Centro Social e Paroquial de Mira Sintra, IPSS, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 44 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 25 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº508-P/2019) – “Apreciar e votar a cedência do direito de superfície à Freguesia de Algueirão-Mem Martins do imóvel municipal sito na Estrada de Mem Martins n.º 222, em Mem Martins, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha nº 3839 da Freguesia de Algueirão Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2975 da mesma freguesia, também conhecido pela “Quinta de Fanares”, pelo prazo de 30 anos e restantes condições constantes na minuta do contrato em anexo à presente proposta, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**SINTRA**

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----  
--- Votos a favor: 44 -----  
--- Votos contra: 0 -----  
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 26 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº520-PM/2019) – “Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal e a sua posterior alienação da parcela de 23,65 m2, sito em Mira Sintra, a integrar no artigo nº 453 da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra (antigo artigo 5460 da freguesia de Aqualva-Cacém, ou antigo artigo 195 da freguesia de Mira Sintra) descrito na Conservatória do registo Predial do Cacém sob o número 4103 da freguesia de Aqualva-Cacém, em nome de D. Hermínia Vitória Fernandes Fandango, com as seguintes confrontações: do norte com Hermínia Vitória Fernandes Fandango, do sul, nascente e poente com Rua Ferreira de Castro, através do ressarcimento ao Município, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----  
--- Votos a favor: 44 -----  
--- Votos contra: 0 -----  
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Sintra, 2 de julho de 2019. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Sérgio Sousa Pinto

**A 1ª SECRETÁRIA**

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

**A 2ª SECRETÁRIA**

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL